



## Lançado Novo Dicionário de Termos Europeus

O Presidente do PSD,  
Dr. Pedro Passos Coelho,  
presidiu ao lançamento do Novo  
Dicionário de Termos Europeus.

Pg. 16



### CRISE

O Parlamento Europeu analisou com preocupação a **crise financeira, económica e social**.

Os sinais de alarme dispararam com mais de **23 milhões de desempregados**, **21% de desemprego entre os jovens** e quase 20% dos cidadãos da UE em risco de cair na pobreza.

Regina Bastos recordou a importância das mais de **20 milhões de PMEs**, a necessidade de um novo *Small Business Act* e uma melhor ligação entre a indústria e a inovação.

O Parlamento Europeu criticou uma União fragmentada, vulnerável ao proteccionismo e ao populismo e aprovou:

*"A UE está numa encruzilhada: ou os Estados-Membros decidem unir esforços para aprofundar a integração ou, devido à estagnação a nível da tomada de decisões e a divergências a nível económico, a UE pode desagregar-se."*

Por isso é tão importante o pacote de medidas sobre a governação económica europeia.

## Nova Agência Europeia Aprovado o Relatório Coelho sobre as bases de dados da Justiça e dos Assuntos Internos.

Pg. 05

## Novas Competências e Empregos Regina Bastos apresenta Relatório.



Pg. 08

## Regiões Ultraperiféricas Nuno Teixeira defende discriminação positiva.

Pg. 06



## Paulo Rangel organiza seminário sobre política europeia

em parceria com o Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica, a Universidade de Oxford e o Europaeum

**D**eputado Paulo Rangel fez uma intervenção sobre *“O papel do Estado num mundo em mudança”* durante o jantar-debate que decorreu, no Parlamento Europeu.

O Deputado Paulo Rangel foi o orador do jantar-debate de encerramento do Seminário *“Policy Making at EU level”* que decorreu no Parlamento Europeu em Bruxelas.

Paulo Rangel fez uma intervenção sobre *“O papel do Estado num Mundo em mudança”*. Em 2009 Paulo Rangel publicou um ensaio político-constitucional intitulado *“O esta-*


**O Seminário - foi organizado po Paulo Rangel em parceria com o Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica e o Europaeum.**

*do do Estado”* onde desenvolve a tese do *“enfraquecimento do Estado”*.

O jantar-debate realizou-se no Salão Presidencial do Parlamento Europeu e contou com a presença do Director do Instituto de

Estudos, Prof. João Carlos Espada e do Secretário-Geral do Europaeum, Paulo Flather.

O Seminário - que foi organizado pelo Deputado em parceria com o Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica e o Europaeum (uma associação que reúne as principais universidades europeias) - teve como destinatários um grupo de cerca de 30 estudantes de Ciência Política e Relações Internacionais de diversas nacionalidades

No total participaram no seminário cerca de 50 pessoas de várias nacionalidades (Reino Unido, Estados Unidos, Polónia, Itália, Espanha, Letónia, Hungria e Portugal). 

## Parlamento Europeu aprova proposta de Maria da Graça Carvalho e dobra financiamento para ciência


**Duplica os 50 mil milhões de euros do 7º Programa-Quadro para 100 mil milhões de euros**

A Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia do Parlamento Europeu (PE) aprovou, por unanimidade, duplicar as verbas comunitárias a atribuir à inovação e à ciência no orçamento que vigorará a partir de 2013.

A emenda que foi apresentada por Maria da Graça Carvalho e outros quatro eurodeputados, “*duplica os 50 mil milhões de euros do 7º Programa-Quadro para 100 mil milhões de euros e permite assim introduzir algumas linhas orientadoras para o oitavo programa quadro.*”



Em relação ao facto da emenda ter sido aprovada por unanimidade, Maria da Graça Carvalho diz que “*é um sinal muito bom porque um dos problemas do actual programa-quadro e uma divisão muito heterogénea do financiamento por países e por regiões. Os novos Estados-membros, mas também os países do Sul da Europa, tem uma participação menor que os países do Norte e do Centro da Europa.*”

A emenda aponta ainda para uma simplificação “radical” dos procedimentos de financiamento, para a conjugação do reforço dos fundos com a adopção de uma abordagem mais orientada para os resultados e para a promoção do crescimento sustentável da investigação científica, bem como a aposta em futuros centros de excelência. 

## Taxas de juro aplicadas pela UE a Portugal são muito elevadas e devem ser revistas se Portugal cumprir acordo nos primeiros meses

O Deputado ao Parlamento Europeu, Vice-Presidente do Grupo PPE e Chefe da Delegação Portuguesa do PSD, Paulo Rangel, afirmou durante o debate sobre a resposta da União Europeia à crise que decorreu no Plenário de Estrasburgo que as taxas de juro aplicadas pela União Europeia a Portugal são muito elevadas e que “*assim dificilmente Portugal conseguirá cumprir os objectivos.*”

Na resposta a uma questão colocada pelo deputado alemão do grupo dos verdes Sven Giegold, Paulo Rangel respondeu sugerindo que as taxas fossem revistas “*se nos primeiros meses Portugal demonstrar que está a cumprir rigorosamente o que resulta do acordo, terá condições para pedir uma revisão das taxas,*” afirmou.


Paulo Rangel disse ainda que “*talvez fosse tempo de ter uma resposta europeia global com a admissão dos eurobonds, com a pos-*



*sibilidade de venda no mercado primário, responder aos mercados internacionais e seria talvez a altura da UE, o Fundo e o FMI reverem as taxas de juro de forma a darem a possibilidade de, baixando essas taxas, haver um cres-*

*cimento sustentado dos países que estão hoje em dificuldades.”*

Paulo Rangel lembrou Portugal não está a receber uma ajuda financeira gratuita: “*é preciso dizer às opiniões públicas que estão contra as ajudas que não se trata de uma dívida. Mas, estão a emprestar dinheiro a taxas de juro muito altas.*” Referindo-se ao acordo da Troika, Paulo Rangel referiu que “*o acordo encontrado para Portugal é um acordo equilibrado. É muito duro para as populações mas põe o seu ponto fundamental nas reformas estruturais.*”

Referindo-se em particular à intervenção da Deputada socialista Edite Estrela, Paulo Rangel sublinhou que os países como a Grécia, Irlanda e Portugal não fizeram tudo bem e exageraram “*os nossos governos erraram e tiveram políticas erradas mas isso não significa que não haja agora uma oportunidade para voltar a entrar no caminho certo.*” 

# Verbas do Fundo de Coesão para o TGV podem ser reafectadas

A Comissão Europeia afirma que “em princípio, os montantes previstos no quadro do Fundo de Coesão para o financiamento do TGV em Portugal para o período de 2007/2013 podem ser reafectados a outros projectos elegíveis para esse fundo, nomeadamente de infra estruturas de transporte «RTE-T» (redes transeuropeias de transportes) e/ou ambientais.”

O Deputado ao Parlamento Europeu, Vice Presidente do Grupo PPE e Chefe da Delegação Portuguesa do PSD, Paulo Rangel, questionou em Abril a Comissão Europeia “sobre a forma” como o actual quadro estratégico nacional deve ser renegociado com a Comissão Europeia para alterar os projectos que têm financiamento europeu.


A Comissão europeia respondeu dizendo que “os programas operacionais abrangidos pelo Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007/2013 (QREN) português podem ser efectivamente alterados. Esta alteração deve ser feita a pedido do Estado-Membro, e na sequência de mudanças sócio-económicas importantes, para reforçar ou adaptar a tomada em consideração de mudanças importantes nas prioridades comunitárias, nacionais ou regionais, à luz do resultado de avaliações, ou ainda na sequência de dificuldades de execução constatadas.”, lê-se na resposta.



Paulo Rangel perguntava ainda: tendo em conta que “está a ser exigido um enorme esforço aos portugueses é possível, num quadro de renegociação do quadro estratégico nacional, diminuir a taxa de co-financiamento nacional para que Portugal tenha capacidade de executar o máximo de fundos comunitários disponíveis com o mínimo de recursos nacionais”.

Na resposta, a Comissão refere que “está disposta a analisar pedidos desse tipo no quadro da re-

gulamentação em vigor, incluindo um eventual aumento das taxas de co financiamento comunitário das intervenções co-financiadas.”

Paulo Rangel considera que esta é uma matéria que deve ser tida com “prioridade” pelo próximo Governo “já que o Governo socialista desperdiçou todas as oportunidades que teve e agora, como está demissionário, já não tem competência para fazer qualquer renegociação.” 

## Apelo ao Presidente da Comissão Europeia para um reforço do financiamento para as Energias Renováveis no próximo orçamento da UE


Maria da Graça Carvalho e o deputado britânico Graham Watson foram recebidos pelo Presidente da Comissão Europeia Durão Barroso, para discutir o financiamento destinado às energias renováveis no Orçamento da UE e apelar à necessidade urgente de um aumento de 5% para as energias renováveis.

Maria da Graça Carvalho e Graham Watson apresentaram as recomendações de 150 deputados dos vários grupos políticos, para o Orçamento pós 2013 que a Comis-

são Europeia está a preparar. Os deputados recomendam acelerar a inovação e investigação; apoiar a construção de uma rede eléctrica europeia; e promover as energias renováveis na Europa e nos países em desenvolvimento.

Para Maria da Graça Carvalho “A luta contra as alterações climáticas e as energias renováveis merecem maior prioridade nos futuros orçamentos da UE. É importante apostar na investigação científica, desenvolvimento tecnológico e demonstração na

área das energias limpas”. E acrescenta que “através destas medidas, a Europa alcançará uma posição de liderança na transição para uma energia limpa, com o desenvolvimento de novas tecnologias para a Europa e para o mundo”.

Este encontro tem lugar na sequência de uma carta enviada por 150 deputados europeus ao Presidente da Comissão Europeia, que apela a um maior financiamento para as energias renováveis em futuros orçamentos da UE. 

# Relatório Coelho: PE aprova Agência Europeia de Gestão de Dados JAI

**O Parlamento Europeu aprovou por grande maioria o Relatório do Deputado Europeu do PSD, Carlos Coelho, que cria uma Agência europeia para gerir as bases de dados na área do Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça.**

Após acordo porfiadas negociações dirigidas por Carlos Coelho foi obtido um acordo em primeira leitura aprovado no Plenário em Estrasburgo) e no Conselho de Ministros JAI (Justiça e Assuntos Internos) sob presidência húngara.

A sede desta nova Agência será localizada em TALIN (capital da Estónia) com o servidor central localizado em Estrasburgo (França) e a estação de back-up em PONGA (Áustria).

**O objectivo desta nova Agência é assegurar a gestão operacional de todos os grandes sistemas que envolvem Tecnologias de Informação no âmbito do ELSJ** e desde já: o SIS (Sistema de Informações de Schengen), VIS (Sistema de Informações de Vistos) e EURODAC. Os novos sistemas que a Comissão Europeia anunciou que iria apresentar (PNR europeu, Entry-Exit system, etc.) serão, quando e se aprovados, integrados no âmbito desta nova Agência. A Agência terá de assegurar uma comunicação segura e rápida permanente (24 horas por dia, 365 dias por ano) entre os serviços centrais e todos os Estados-Membros que integram os diversos sistemas.

## SIS

O SIS (sobretudo o SIS-II que se espera poder estar em funcionamento dentro de 2 anos) visa contribuir para manter um alto nível de segurança na área do Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça da UE, assegurando a partilha de informações entre as autoridades que controlam as fronteiras externas da União. O VIS permite aos consulados e outras autoridades competentes partilharem informações essenciais ao procedimento de emissão de vistos, prevenção do "visa-shopping", contribuir para a luta contra a fraude e facilitar a identificação de cidadãos de países terceiros. O EURODAC é um sistema que facilita a determinação das autoridades responsáveis pelo processamento dos pedidos de asilo nos Estados-Membros da UE.




O Relatório Coelho reforçou o controlo democrático sobre esta nova Agência, melhorou os requisitos de protecção de dados impedindo o acesso indevido aos dados e reforçando o papel das autoridades de protecção de dados, limitou o alargamento de competências da Agência ao procedimento legislativo ordinário com a plena participação do Parlamento e assegurou junto dos governos da Estónia e da França os compromissos essenciais para garantir que a solução adoptada é mais conveniente sob o ponto de vista do custo-benefício.

Uma das normas propostas pelo Relator, aprovadas pelo Parlamento e aceites pelo Conselho proíbe explicitamente a interoperabilidade entre os diversos sistemas pelo que é incorrecto dizer que, com esta Agência a UE centraliza os dados (como alguma comunicação social noticiou). A base tecnológica é comum mas não haverá nenhuma ligação entre os diferentes sistemas, o que está claramente proibido na lei e será fiscalizado pelas autoridades de protecção de dados independentes.

## Defender Schengen

O Eurodeputado Carlos Coelho na apresentação do Relatório sublinhou dois aspectos, o reforço de Schengen "mesmo com opiniões diferentes nalgumas matérias, conseguimos um amplo consenso neste Parlamento. Porque, no essencial, somos dos que queremos o reforço de Schengen e não pactuamos com tentativas de fragilizar a livre circulação das pessoas", e a solução comunitária "a criação desta Agência corresponde à preferência manifestada por este Parlamento (que sempre lutou por uma solução europeia em detrimento da intergovernamental que ainda prevalece no SIS-I). De acordo com a avaliação de impacto feita pela Comissão, a criação de uma Agência é, sem dúvida, a melhor solução sob o ponto de vista financeiro, operacional e institucional."

Na apresentação do seu relatório Carlos Coelho, realçou alguns pontos que respondem positivamente às preocupações do Parlamento. Novos sistemas só com instrumento legislativo, "apenas poderá gerir outros novos sistemas depois destes terem sido criados através de um instrumento jurídico próprio, aprovado em co-decisão com o PE"; a localização da Agência, "as prerrogativas do Parlamento Europeu foram respeitadas e a decisão foi tomada em co-decisão entre o PE e o Conselho"; a Infra-estrutura de Comunicação, "ficou proibida qualquer possibilidade de acesso não autorizado a esses dados, a obrigatoriedade de todos os dados que circulam nesta rede estarem encriptados e, a gestão do "crypto device" não poderá ser nunca transferida para a responsabilidade de uma empresa privada (outsourcing), exactamente ao contrário do que hoje acontece"; os membros do Management Board e direitos de voto, "o Presidente só poderá ser indicado de entre os Membros designados por Estados Membros que tenham uma participação total em todos os Sistemas geridos pela Agência".

**A nova Agência (que deverá entrar em funcionamento em 2013) terá um Quadro de Pessoal de 75 especialistas e um orçamento anual que se estima em 36 milhões de euros.** 

# Carlos Coelho pede aos chefes de governo que defendam Schengen e promovam a Governação Económica

O Parlamento Europeu discutiu em Bruxelas a preparação do Conselho Europeu de 23 e 24 de Junho. O Conselho Europeu avaliou os progressos realizados na implementação das políticas de asilo e migração. Mais especificamente, debateu algumas das questões mais prementes suscitadas pelos recentes acontecimentos no Sul do Mediterrâneo. No contexto global de uma política abrangente em matéria de migração, o Conselho Europeu debateu o reforço do controlo da nossa fronteira externa; na avaliação da aplicação das regras por que se pauta a liberdade de circulação de pessoas no espaço Schengen e reflexão sobre o eventual aperfeiçoamento dessas regras; na conclusão do Sistema Europeu Comum de Asilo; e no desenvolvimento de uma parceria abrangente com os países da vizinhança meridional.

Por outro lado o Conselho Europeu no âmbito do semestre europeu avaliou os compromissos assumidos pelos Estados-Membros nos respectivos Programas Nacionais de Reformas e nos Programas de Estabilidade ou de Convergência, bem como (quando pertinente) os compromissos anunciados no âmbito do Pac-




to para o Euro Mais; e homologou, com base nessa avaliação, os pareceres e recomendações específicos por país.

Para Carlos Coelho “o próximo Conselho Europeu reveste-se de uma importância especial, em que os dois grandes marcos da construção europeia estarão no cerne das discussões”, isto é:

• **A integração económica** - nomeadamente o pacote de governação económica, que deverá permitir encontrar as melhores respostas para sairmos da crise económica e financeira; bem como medidas concretas para os países em situação económica mais difícil, em que é importante que se envie uma mensagem clara de solidariedade e responsabilidade.

• **Schengen** - reconhecemos que atravessamos um período conturbado e de grandes pressões migratórias, mas que não pode servir de desculpa para fragilizar esta grande conquista. Schengen é sinónimo de liberdade de circulação e esta realidade não pode, nem deve ser revertida, mas sim protegida, reforçada e desenvolvida.

O eurodeputado social democrata afirmou esperar “que este Conselho envie uma mensagem forte e clara nesse sentido, salientando a necessidade dos Estados-Membros respeitarem e implementarem de forma correcta e efectiva as regras de Schengen, chamando a atenção para a necessidade de uma maior solidariedade e partilha de responsabilidades entre os Estados-Membros, um reforço das competências da Frontex e dos seus meios e a necessidade de se criar um verdadeiro mecanismo de avaliação de Schengen que verifique o cumprimento das regras e os controlos nas fronteiras e que permita identificar problemas, ajudar a resolvê-los e em último recurso sancionar os Estados-Membros em caso de contínuo incumprimento.” 

## Nuno Teixeira defende discriminação positiva para as Regiões Ultraperiféricas após 2013

Eurodeputado madeirense reitera junto do Comissário para a Política Regional a necessidade de medidas especiais para estas Regiões. O Deputado Nuno Teixeira interpelou, na reunião da Comissão do Desenvolvimento Regional, o Comissário para a Política Regional, Johannes Hahn, sobre o futuro tratamento das Regiões Ultraperiféricas, no contexto de um debate sobre a política de coesão europeia após 2013.


O Eurodeputado recordou que “as Regiões Ultraperiféricas possuem um estatuto especial consagrado no próprio Tratado que as distingue das demais regiões tidas como particularmente desfavorecidas e que parte da sua situação específica em termos de características naturais e geográficas e da sua limitada dependência económica face a um reduzido

número de produtos. Assim, não se pode aceitar que sejam tratadas como um mero conjunto de regiões desfavorecidas”.

Nuno Teixeira alertou o Comissário para a Política Regional para que “o Estatuto da Ultraperiferia reconhecido pela União Europeia obriga a um tratamento diferenciado quanto às Regiões Ultraperiféricas com base numa discriminação positiva que tenha devidamente em conta as suas dificuldades, constrangimentos e necessidades permanentes. Isto significa que deve haver mais atenção, mais acção e mais apoios para estas Regiões”.

Nuno Teixeira perguntou ainda ao Comissário Europeu se “a possibilidade de uma taxa de co-financiamento na ordem dos 85% e de uma derrogação para as Regiões Ultraperifé-


cas, irá continuar a existir no próximo período financeiro e de programação a partir de 2013, nomeadamente num contexto de crise como o vivido actualmente na União Europeia, e a falta de liquidez existente em alguns mercados”, acrescentando que vê a manutenção de uma taxa elevada como essencial para as Regiões Ultraperiféricas.

A preparação das perspectivas financeiras pela Comissão Europeia está já em curso e deverá ser divulgada até ao final do presente mês. Seguir-se-á então a posição do Parlamento Europeu sobre o quadro financeiro plurianual para o período após 2013. As propostas legislativas e programáticas serão divulgadas pela Comissão Europeia posteriormente e com um calendário previsto até ao final do ano. 

## Regina Bastos apoia Proposta de resolução relativa à análise do "Small Business Act"

A presente resolução, que apoiei, reconhece terem sido iniciadas várias das iniciativas do SBA, todavia muito mais pode ser feito para auxiliar as PME europeias. O Small Business Act (SBA) é o quadro estratégico para uma exploração mais eficaz do potencial de crescimento e inovação das PME, a implementar na UE e nos Estados-Membros.

Na UE existem cerca de 23 milhões de PME, representando cerca de 99% do conjunto total das empresas e criam mais de 100 milhões de postos de trabalho, desempenhando um importante papel para o crescimento económico, a coesão social e a criação de emprego. A presente resolução, que apoiei, reconhece terem sido iniciadas várias das iniciativas do SBA, todavia muito mais pode ser feito para auxiliar as PME europeias, nomeadamente:

- A rápida transposição, por parte dos EM, da directiva relativa aos atrasos de pagamento;
- A necessidade da comissão dispor de mecanismos mais eficazes para incentivar os EM a aplicar os princípios do SBA;
- A adopção, o quanto antes, pelos EM da última proposta pendente, relativa ao estatuto da sociedade privada Europeia;
- A importância da Comissão e dos EM assegurarem que o teste PME seja realizado com regularidade nas avaliações de impacto;
- O Imperativo da diminuição da carga burocrática e administrativa para as PME;
- A institucionalização de forma permanente do programa "Erasmus para jovens empresários" dotando-o de orçamento adequado. 

## Carlos Coelho apoia iniciativa Juventude em Movimento

O Parlamento Europeu aprovou, em Estrasburgo, o relatório Zver sobre "Juventude em Movimento – Um quadro destinado a melhorar os sistemas de ensino e formação europeus" que contou com o apoio do Deputado Carlos Coelho.


Carlos Coelho recordou que "nos dias de hoje os jovens são um dos grupos sociais mais afectados com a crise económica e financeira mundial" e defendeu que "a UE e os Estados-Membros têm a obrigação de apoiar medidas concretas e eficazes que permitam através de uma melhor educação, formação e mobilidade fazer a transição para o mercado de trabalho".

Para o social-democrata a iniciativa "Juventude em Movimento vem precisamente responder a este desiderato dando resposta aos desafios enfrentados pelos jovens e ajudá-los a ter êxito na economia do conhecimento".

A iniciativa é uma das sete iniciativas emblemáticas da Estratégia Europa 2020 da Comissão Europeia para promover o crescimento económico inteligente, sustentável e inclusivo. A iniciativa "Juventude em Movimento" é composta por 28 acções-chave e medidas concretas (que irão complementar as estruturas actuais e assentarão no sucesso dos quadros estratégicos já existentes) para

aumentar a educação e a formação dos jovens através da mobilidade e da facilidade de transição dos jovens do ensino para o mercado do trabalho.

O relatório aprovado centra-se principalmente nos aspectos educativos da iniciativa "Juventude em Movimento", que procura reduzir o abandono escolar precoce, aumentar o número de pessoas com educação superior, aumentar a atractividade do ensino e formação profissionais e aumentar o reconhecimento da educação não formal e da educação informal.

"Face aos inaceitáveis números de desemprego juvenil, considero que a qualidade da educação e formação, a integração adequada no mercado de trabalho e uma aposta forte na mobilidade dos jovens são pontos cruciais para explorar o potencial de todos os jovens e realizar os objectivos da «Europa 2020»", acrescentou o eurodeputado não deixando de sublinhar que "não obstante esta iniciativa centrar-se no emprego como resultado final, não desassocia os aspectos ligados à educação, à participação da Juventude, à cidadania activa, à mobilidade, à aprendizagem de línguas e todo um conjunto de competências que são hoje fundamentais no âmbito da educação não formal". 



# A Deputada Regina Bastos realizou uma audição pública

no âmbito do seu relatório sobre a “Agenda para Novas Competências e Empregos”

**N**a sessão de abertura da audição a Eurodeputada Regina Bastos salientou que “hoje a União Europeia conta com mais de 23 milhões de desempregados e o desemprego jovem e de longa duração estão a aumentar e que neste contexto, a Europa enfrenta 2 desafios: a criação de empregos e a dificuldade em encontrar pessoas com as competências adequadas para preencher as ofertas de emprego.”

Nesta audição pública Regina Bastos contou com a presença de peritos das seguintes organizações: BUSINESSEUROPE (Organização que representa empresas a nível europeu), ETUC (Confederação europeia de sindicatos), CEDEFOP (Centro europeu para o desenvolvimento da formação profissional), EUROFOUND (Fundação europeia para o melhoramento das condições de trabalho), e o Professor Mike Campbell, perito na área das competências e mercado de trabalho.

A Deputada portuguesa congratulou-se com a presença deste painel de peritos cujas apresentações foram um contributo precioso para um conhecimento mais profundo e mais esclarecido sobre o panorama do mercado laboral, na Europa, nos próximos 10 anos.

Regina Bastos destacou as seguintes conclusões da audição pública:

- Adequar as Políticas Sociais e de Emprego para maximizar a criação de emprego e o crescimento económico;
- Criar de medidas que fomentem a qualificação, formação ao longo da vida, a inclusão dos jovens e das pessoas com deficiência no mercado de trabalho;
- Melhorar o funcionamento do mercado de trabalho através de mecanismos como a flexissegurança, que deve ser adaptada à realidade de cada Estado-Membro;
- Reforçar o papel das PME'S como importante contributo para uma economia altamente baseada nos conhecimentos;



**“Que no futuro vamos assistir a um aumento da procura de mão-de-obra altamente qualificada e adaptável a empregos mais centrados nas competências”.**

**Regina Bastos**


- Estabelecer parcerias entre o ensino e a formação profissional (escola-empresa) para o desenvolvimento de novas competências e empregos.

A crise económica, financeira e social que afectou a Europa evidenciou as fragilidades do modelo social europeu e anulou vários dos progressos alcançados no passado. O relatório Bastos tem como objectivo apontar medidas que contribuam para o aumento da taxa de emprego para 75%, na população europeia entre os 20 e os 64 anos, até 2020. Esta medida insere-se na Estratégia “Europa 2020”.

Regina Bastos na sua intervenção afirmou que: “Temos o dever de agir imediatamente no sentido de colmatar as lacunas de competências na Europa, anteciparmos melhor as ne-

cessidades futuras em matérias de competência a fim de enfrentar os dois grandes problemas dos cidadãos europeus: a criação de emprego e a dificuldade de encontrar pessoas qualificadas para preencher as ofertas de emprego existentes”.

A Deputada salientou “que no futuro vamos assistir a um aumento da procura de mão-de-obra altamente qualificada e adaptável a empregos mais centrados nas competências”.

Por estas razões, a relatora destaca algumas recomendações no seu relatório: “A Europa terá que investir em novos sectores e novos produtos e serviços para criar empregos verdes. Assim, deve-se dar oportunidade aos trabalhadores activos e inactivos de adquirir competências necessárias a esses trabalhos”. 



# Prémio Escola na Europa distingue trabalhos de alunos e escolas

**E**urodeputado José Manuel Fernandes premeia trabalhos dos alunos do Minho sobre impacto da União Europeia na vida dos cidadãos e na região.

Com o objectivo de incentivar o desenvolvimento dos conhecimentos dos alunos e da sociedade em geral relativamente à União Europeia e suas instituições, o Eurodeputado **José Manuel Fernandes** lançou, neste ano lectivo, o **'Prémio Escola na Europa'**, destinado a todas as escolas dos distritos de Braga e Viana do Castelo, públicas e privadas, desde o 1º ciclo ao secundário e ao ensino profissional.

Numa perspectiva de valorização da dimensão regional do Minho e procurando destacar o impacto da nossa integração europeia na vida dos cidadãos, os alunos foram desafiados a elaborar trabalhos de investigação e produção de conteúdos em suportes digitais, tendo sido estabelecidos três escalões de selecção: A (1º ciclo), B (2º e 3º ciclos) e C (secundário e profissional).

Mais um de um milhar de alunos de dezenas de turmas e escolas mobilizaram-se para a participação nesta iniciativa, através da realização de trabalhos de grande qualidade e que versaram sobre os mais diversos aspectos da relação do Minho com a União Europeia, desde a gastronomia, à música e tradições, património histórico e natural, turismo, dinamização social, obras públicas e investimentos privados, entre outros.

A avaliação das dezenas de trabalhos realizados foi efectuada a um primeiro nível concelhio, em que o vereador de educação de cada município e os presidentes de agrupamento foram chamados a eleger o melhor trabalho de cada concelho em cada um dos escalões. Posteriormente, de entre os melhores concelhos, coube a um júri final escolher os melhores do Minho em cada escalão.

O júri final foi composto pelos directores dos jornais Correio do Minho e Diário do Minho, do semanário Alto Minho e da Rádio Geice em Viana do Castelo. Por decisão deste júri, foram eleitos como vencedores, nos diferentes escalões, os trabalhos realizados pelas seguintes escolas:

**Escalão A** – Centro Escolar Prof. António de Melo Machado, do Agrupamento de Escolas de Valdevez. **Escalão B** – Escola Secundária



de Barcelos (turma 7.º B). **Escalão C** – Colégio D. Diogo de Sousa – Braga (turma 12.º D)

Para os vencedores dos dois primeiros escalões, são atribuídos prémios pecuniários (500 euros, atribuídos à escola vencedora para aquisição de material pedagógico, conforme estipula o regulamento). Para o escalão C, o prémio vencedor é uma visita ao Parlamento Europeu em Bruxelas.

Os vencedores serão contemplados com o troféu Pela Nossa Terra, alusivo ao evento e concebido pelo escultor minhoto Maciel Carneira, presidente da D'Arte-Associação de Artistas do Minho, vencedor de diversos prémios nacionais e autor de inúmeras exposições e obras escultóricas em Portugal e no estrangeiro (currículo em anexo).

## Trabalhos de excelência

Relativamente aos trabalhos apresentados a concurso, o Eurodeputado vincou a qualidade e o valor das obras produzidas, que demonstram grande empenho e apurada investigação e recolha de informação. A par do extenso trabalho de mais de 90 páginas do Centro Escolar Prof. António de Melo Machado, de Arcos de Valdevez, sobre a gastronomia minhota e europeia, no 1º ciclo merecem uma referência especial os trabalhos de alunos das escolas de Freiriz e Moure, concelho de Vila Verde, com o relacionamento das tradições minhotas e europeias.

Do rol de trabalhos dos 2º e 3º ciclos evidenciou-se o trabalho em vídeo da turma B


da Escola Secundária de Barcelos sobre os problemas do Minho e as possibilidades de resposta da UE, mas também merecem referência vídeos e exposições sobre as tradições europeias (como fizeram alunos da EB 2,3 André Soares, de Braga), os inquéritos de rua ligados à UE e à emigração, feitos pela EB 2,3 de Arões, de Fafe, e pela EB 2,3 Virgínia Moura de Moreira de Cónegos.

O património de Guimarães e a Capital Europeia da Cultura no contexto da UE tiveram igualmente espaço de relevo, designadamente através da Escola Secundária das Taipas e da EB 2,3 D. Afonso Henriques, em Guimarães. A Escola Secundária de Maximinos avaliou o impacto dos investimentos europeus no seu concelho de Braga.

Foi no Escalão C – destinado ao ensino secundário e profissional – que mais trabalhos foram apresentados, tendo vencido a obra dos alunos do Colégio D. Diogo de Sousa, que decalcaram o impacto da Europa em Portugal e no Minho, utilizando diversas ferramentas Web, com abertura de espaços em blogue e rede social.

As tradições do Minho e da Europa estiveram em evidência em diferentes filmes, nomeadamente da Escola Secundária da Póvoa de Lanhoso, do Agrupamento de Escolas de Valdevez, Escola Secundária de Vila Verde e também da Escola Profissional Amar Terra Verde, com a produção de documentos de excelente qualidade técnica e informativa. Referência ainda para o vídeo e o jardim montado pelos alunos do Agrupamento de Escolas de Ponte da Barca.

A aplicação dos fundos comunitários mereceu também uma atenção especial da Escola Profissional de Fermil, Celorico de Basto, e da Escola Secundária das Taipas, destacando-se ainda o trabalho produzido pela Escola Secundária de Monserrate, de Viana do Castelo.

Aos participantes no concurso, o Eurodeputado José Manuel Fernandes vai disponibilizar brindes individuais e material bibliográfico para as bibliotecas escolares, a par de um certificado de participação, como forma de reconhecimento pela excelência dos trabalhos produzidos e pelo contributo para o aprofundamento do conhecimento sobre as questões ligadas à União Europeia. 



## Professor Yunus no Parlamento Europeu a convite do Deputado Mário David


**O Professor Muhammad Yunus, Prémio Nobel da Paz 2006 e pai do microcrédito social, esteve no Parlamento Europeu em Estrasburgo, a convite do Deputado Europeu do PSD Mário David.**

Sobre o dia de reuniões em Estrasburgo, o Professor Yunus afirmou que *“tenho a profunda convicção de que o ‘negócio social’ poderá ajudar a corrigir o sistema económico que existe actualmente e poderá resolver os graves problemas sociais que nos envolvem. Estou muito feliz por ter recebido um conjunto de respostas positivas e entusiásticas por parte do Presidente Barroso, Presidente Buzek e por parte de outros Membros do Parlamento Europeu e Comissários. Estas terão certamente um impacto de grande alcance na forma como pensamos e trabalhamos”*.

Mário David mostrou-se *“extremamente satisfeito”* e *“honrado”* pelo facto do Prof. Yunus ter aceite o seu convite, acrescentando, *“o entusiasmo contagiante do Professor não deixa ninguém indiferente! E se o ‘negócio social’ (social business) não é a solução para todos os problemas, é seguramente um utensílio a não desperdiçar na medida em permite ultrapassar muitos dos problemas da nossa sociedade, em particular dos mais desfavorecidos, ao mesmo tempo que estimula o empreendedorismo e a realização pessoal”*.

Do programa de reuniões do Professor Yunus e do Deputado Mário David constaram encontros com o Presidente da Comissão Europeia José Manuel Barroso, Presidente do Parlamento Europeu Jerzy Buzek, Comissários Michel Barnier (Mercado Interno) e Vice-Presidente Antonio Tajani (Indústria e Empreendedorismo); Presidentes dos Grupos Parlamentares (Joseph Daul-PPE, Martin Schulz- S&D e Jan Zahradil- ECR), bem como com os Presidentes das Comissões do Parlamento Europeu de Economia, do Desenvolvimento, Relações Externas e da Delegação da Ásia do Sul.

**...o entusiasmo contagiante do Professor não deixa ninguém indiferente!..”**


O Professor Yunus efectuou ainda um almoço de trabalho, tendo Mário David como anfitrião, sobre o conceito de *“negócio social”* / microcrédito social com um grupo de Deputados dos diversos Estados Membros e uma reunião aberta a deputados e funcionários parlamentares sobre o mesmo tema, ao fim da tarde. 

**Patrão Neves** consegue fazer representar os Açores na Associação de Produtores de Rum e Licores tradicionais das RUP

**A** eurodeputada Patrão Neves reuniu, em Estrasburgo, com os promotores da Associação de Produtores de Rum e Licores Tradicionais, actualmente em fase de constituição, e que pretende reunir produtores representativos de todas as regiões ultra-periféricas.

Esta Associação constituirá um grupo mais alargado que sucederá ao actual Conselho Interprofissional do Rum Tradicional dos Departamentos Ultramarinos (franceses). Foi, aliás, por iniciativa da eurodeputada Patrão Neves que a designação foi alterada *“de forma a contemplar também os interesses açorianos, na nomeação dos “licores tradicionais”, estando as “aguardentes açorianas” incluídas numa aceção geral de “rum”*”. Os objectivos desta Associação são, essencialmente:

- Manter as produções locais tradicionais em cada arquipélago e criar condições para aumentar o seu volume, promovendo o desenvolvimento das populações locais e a riqueza da ilha (os produtos transformados têm de ser obrigatoriamente produzidos a partir de frutos locais);
- Garantir uma fiscalidade adaptada, uma definição precisa e uma protecção tarifária que permita a competitividade do rum e licores tradicionais para além das suas área de produção (nomeadamente reduções fiscais no imposto especial sobre o consumo/IEC);
- Conquista de novos mercados (possibilidade de associação da nossa indústria local a empresas que integram esta Associação e que detêm várias participações em todo o mundo).

Presentemente, os Departamentos Franceses Ultramarinos e Territórios (DOM-TOM) e a Madeira já estão associados e o processo de associação das Canárias está em curso. Apenas o arquipélago dos Açores permanecia ausente. *“Esta é uma excelente oportunidade não só para constituir um lóbi poderoso que defenda a produção açoriana de aguardentes e licores mas que proporcione também a sua internacionalização”*, referiu Patrão Neves. 

## Regina Bastos deu voz ao combate contra a violência sobre as mulheres

O combate a este fenómeno impõe uma mobilização política e social, trata-se afinal de assegurar a igualdade e o desenvolvimento.



A violência contra as mulheres é uma grave violação dos direitos humanos, todos nós já afirmamos isso.

É um problema antigo e global, que atinge países cultural e geograficamente distintos, mais e menos desenvolvidos.

Esta realidade está frequentemente associada às famílias desestruturadas, famílias de estratos sociais e económicos mais débeis, mas na verdade é um fenómeno que existe em muitas famílias, independentemente do grau de instrução, do nível económico ou de posição social.

Estima-se que na Europa cerca de um quinto das mulheres foi vítima de actos de violência física pelo menos uma vez na sua vida adulta. A prioridade é por isso assegurar um apoio às mulheres vítimas de violência e este relatório tem um conjunto de iniciativas com esse fim, destacam-se:

A assistência jurídica às vítimas; uma investigação penal reforçada e mais eficaz; a importante medida de criação de refúgios para as vítimas, bem como a criação de um número de emergência, e a previsão de sanções dissuasoras e adequadas à gravidade do crime.

São incalculáveis os danos para a saúde física e mental das mulheres vítimas, mas a sociedade também suporta custos elevados.

Por isso o combate a este fenómeno impõe uma mobilização política e social, trata-se afinal de assegurar a igualdade e o desenvolvimento.

Sáuda-se por isso, a organização de um ano europeu de combate à violência contra as mulheres pois terá a virtualidade de sensibilizar os cidadãos europeus contra este terrível flagelo.



## Nuno Teixeira recebe no Parlamento Europeu a Associação de Solidariedade Social “Centro da Mãe”

O Eurodeputado Madeirense e a Deputada Italiana Barbara Matera discutem situações de risco para mães sós. O Deputado Nuno Teixeira reuniu-se, no Parlamento Europeu, com elementos da Associação de Solidariedade Social “Centro da Mãe”. O convite do Deputado Madeirense veio ao encontro do relatório apresentado pela Eurodeputada Italiana Barbara Matera, sobre a situação das mães sós na União Europeia, uma realidade que afecta cada vez mais mães europeias, que assumem a responsabilidade total de pelo menos um menor.

No decorrer do encontro Nuno Teixeira sublinhou que é necessário “olhar para esta realidade sem estigmas e preconceitos, uma vez que a sociedade está a mudar e, consequentemente, os padrões familiares também”, afirmando que o mais importante é “providenciar apoios para evitar situações de pobreza e de exclusão social das mães sós, e particularmente, das crianças, através da conciliação da vida familiar com a profissional, a prestação de serviços infantis de qualidade e a adaptação dos sistemas sociais a esta nova configuração familiar”.

Para Nuno Teixeira este apoio aos núcleos familiares monoparentais é fundamental para o desenvolvimento salutar das crianças, e por

isso destacou “o papel das instituições de solidariedade social no combate à estigmatização das mães sós e da sua inclusão na sociedade, evitando situações de verdadeiro risco para as mães e para as crianças e jovens.”

**“O papel das instituições de solidariedade social no combate à estigmatização das mães sós e da sua inclusão na sociedade, evitando situações de verdadeiro risco para as mães e para as crianças e jovens.”**

O “Centro da Mãe” foi fundado 1999, na Região Autónoma da Madeira, com o intuito de apoiar grávidas e jovens mães e seus filhos em situação de risco, proporcionando, simultaneamente, o acesso à educação e formação para ambos. Através de várias iniciativas e do apoio de parceiros sociais, têm actualmente uma Residência de Acolhimento e um Centro de apoio diário, onde auxiliam cerca de uma centena de jovens da Região.

# Mais responsabilidade e exigência na construção de um caminho sustentável para o País

**Eurodeputado José Manuel Fernandes foi o convidado da JSD/Guimarães para a palestra ‘Ser Social Democrata’. Deixou uma mensagem de optimismo e confiança no futuro e nos jovens e realçou os valores da social democracia.**

No actual contexto de profunda crise económica e social em que Portugal está mergulhado, o Eurodeputado José Manuel Fernandes mantém o optimismo quanto às capacidades do País em superar dificuldades, mas alerta contra “os discursos fáceis e populismos demagogos que só servem para iludir as pessoas e agravar as suas condições de vida”.

Numa palestra sobre ‘Ser Social Democrata’ que a JSD promoveu em Guimarães, José Manuel Fernandes deixou uma mensagem de “esperança no futuro” e também no sistema democrático, “se todos os portugueses souberem participar de forma activa e séria para uma cultura de responsabilidade e exigência na construção de um caminho sustentável para o País, no contexto europeu e global”.

“Temos de dar à volta a isto, porque podemos e temos capacidade para isso. Mas há que tomar outro rumo”, desafiou José Manuel Fernandes, numa iniciativa onde foi reiteradamente referenciado como “o eurodeputado do Minho” e elogiado pelo “excelente trabalho” desenvolvido no Parlamento Europeu.

Ladeado pelo presidente da JSD/Guimarães, Alexandre Cunha, o eurodeputado socialdemocrata reconheceu que os jovens são dos que mais estão a sofrer com a actual crise, como provam os números do desemprego, aproveitando para defender uma cultura de exigência, coragem e ambição.

“São factores fundamentais para a competitividade e para a alavancagem do país”, sustentou, desafiando os jovens a seguirem “o exemplo de coragem” transmitido por Francisco Sá Carneiro.

Chamou também a atenção para os muitos exemplos de sucesso profissional de portugueses no estrangeiro. “Se somos bons lá fora, também temos que o ser cá dentro”, frisou, na-



quela que foi a terceira edição da iniciativa ‘Ser Social Democrata’ – depois das edições do ano passado com **Luís Marques Mendes** e **Pedro Passos Coelho**.

Na sessão que teve lugar na Associação Comercial e Industrial de Guimarães (ACIG), perante dezenas de jovens e também elementos da estrutura concelhia do partido, como André Coelho Lima, Luís Cirilo e o administrador hospitalar Delfim Rodrigues, o eurodeputado deixou uma perspectiva europeia da actual situação portuguesa, que reconheceu como “muito preocupante” e com consequências para as gerações futuras.

Entre as críticas à “actual des governação socialista” do País, José Manuel Fernandes repudiou o centralismo lisboeta e o abandono do mundo rural, que agravou os desequilíbrios do País, em prejuízo do Norte e particularmente do Minho. Frisou que “Portugal é um País duplamente inclinado, para o Litoral e Lisboa”, ao ponto de levar que o Norte seja hoje a região mais pobre.

“Como é que andamos sempre a reclamar a solidariedade da Europa e a defender maior coesão dentro da UE a favor de Portugal, mas dentro do nosso País fazemos exactamente o contrário”, questionou, salientando a importância da cre-

dibilidade do País, dos políticos e também dos agentes sociais para a construção do futuro. Nesse âmbito, valorizou “a cultura do mérito” e salientou a obrigação moral, ética e social de se acabar com o ‘jobs for the boys’.

Com a Europa e a população mundial como pano de fundo, José Manuel Fernandes sensibilizou também os jovens para a solidariedade inter-geracional, face à necessidade de encontrar para o envelhecimento da população mundial, que apontou como um dos grandes desafios da actualidade, a par das alterações climáticas e da escassez de matérias-primas.

Apesar dos tempos de dificuldades, o eurodeputado colocou-se contra a cultura do medo que se implantou em Portugal e também na Europa, sobretudo entre os seus líderes políticos. Defendeu que tem de haver “mais estratégia e menos tática”. Para isso, “é importante que se deixe de governar apenas ao sabor de sondagens e interesses meramente eleitoralistas, comprometendo todo um País e o seu futuro”.

O eurodeputado fez questão de sublinhar que é preciso falar verdade, numa altura em que Portugal e os restantes Estados-Membros assumiram compromissos no âmbito da Estratégia 2020, em que há objectivos claros a favor da juventude e da coesão social em que Portugal se encontra muito atrasado. É o caso da formação superior dos jovens, da luta contra o abandono escolar e a diminuição da pobreza.

José Manuel Fernandes aproveitou para defender que a social democracia é o melhor caminho para garantir os valores sociais e a igualdade de direitos e oportunidades entre as classes sociais. “Não adianta dizer às pessoas que podem viver, de borla, à custa do Estado. É preciso garantir a sustentabilidade do Estado Social. Isso é que marca a diferença da social democracia e do que é ser social democrata, onde se destacam valores como o humanismo, a liberdade, a igualdade e também o mundo rural e a agricultura, que muitas vezes são falsamente apresentados às pessoas como exclusivos de determinados partidos ou tendências partidárias”, argumentou. **E**

## Rei Abdullah II da Jordânia recebe Eurodeputado Mário David em Amã

O Eurodeputado do PSD Mário David, Presidente da Delegação do Parlamento Europeu para as relações com os Países do Maxereque, deslocou-se a Amã na Jordânia, no âmbito de uma Missão do Parlamento Europeu à qual preside, tendo-se reunido com S.E., o Rei da Jordânia Abdullah II.


A reforma constitucional ontem anunciada, a Comissão de Diálogo nacional que dentro de quatro semanas deverá entregar os projectos legislativos sobre o novo enquadramento para os Partidos Políticos e a futura organização do sistema eleitoral, a situação económica na Jordânia e os movimentos revolucionários no Mundo Árabe em particular na Síria e no Egipto, foram os temas abordados.

Sobre as questões abordadas na reunião, Mário David considera que *“a clarividência de Sua Majestade Abdullah II em se antecipar aos anseios e aspirações da população justificam que*



*a Jordânia seja, neste momento, um oásis de serenidade numa região tão conturbada.”*

No programa da Delegação parlamentar Europeia, constaram ainda as reuniões com o Primeiro-Ministro Marouf Bakhit e com o Ministro dos Negócios Estrangeiros Nasser Judeh.

O dia de Sexta-feira foi consagrado ao problema da escassez de água, particularmente na bacia do Rio Jordão/Mar Morto. A Missão, constituída por seis parlamentares de diversos grupos políticos europeus (PPE, S&D, Verdes/ALE e GUE/NGL), esteve na Jordânia entre 26 e 29 de Abril. 

## Síria: A Comunidade Internacional não pode ter dois pesos e duas medidas

Mário David interveio no Plenário do Parlamento Europeu em Estrasburgo, no debate sobre *“O Mundo Árabe, o Norte de África, a Síria e o Iémen”* e no seguimento da declaração efectuada pela Alta Representante da União Europeia para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança e Vice-Presidente da Comissão, Baronesa Catherine Ashton sobre a mesma matéria. Durante a sua intervenção, o Deputado Mário David, que também é Presidente Delegação do PE para as relações com os países do Maxereque teve oportunidade de falar sobre o momento político actual na Síria, Egipto, Líbano e Jordânia, (os países do Maxereque para o Parlamento Europeu) sublinhando que *“a comunidade internacional não pode ter dois pesos e duas medidas”* relativamente à Síria e ainda o seu desejo de *“um maior envolvimento da União Europeia”* no processo de Paz no Médio Oriente.


Referindo-se aos diversos Países da região, Mário David afirmou: *“Começando pela Síria, e reiterando o que alguns colegas já disseram, é de lamentar que a comunidade internacional*



*pareça, aos olhos da opinião pública, ter dois pesos e duas medidas. É preciso denunciar, se necessário, os países que, no Conselho de Segurança (e estou-me a referir, obviamente, à Rússia e à China, além do Brasil, mas com direito de veto), têm impedido que a comunidade internacional possa assumir uma posição mais consentânea com aquilo que devem ser os valores que partilhamos.*

*Relativamente ao Egipto, julgo que há uma necessidade premente de sensibilizar as autoridades egípcias para o adiamento das eleições, tal como se fez, já, na Tunísia.*

*Quanto ao Líbano, é preciso, julgo eu, que saia deste debate uma mensagem muito clara para o novo governo libanês. Para que tenham consciência de que vão ser julgados, em função da actuação que tiverem relativamente às acusações formuladas pelo Tribunal Especial para o Líbano.*

*Sobre a Jordânia, é o exemplo de que uma transição pacífica é possível, e há talvez apenas a necessidade, nesta fase, de sensibilizar e encorajar as autoridades para um acelerar do processo de reformas. Não podemos esquecer, obviamente, num debate deste género, o Processo de Paz no Médio Oriente, além de reiterar a nossa esperança de que a reunião do quarteto da próxima segunda-feira, possa efectivamente ser produtiva e reafirmar que esta casa gostaria, seguramente, de ver um muito maior envolvimento da União Europeia em todo este processo. Não tenho dúvidas de que haverá uma nova ronda de negociações antes da Assembleia-Geral das Nações Unidas em Setembro. Espero, contudo, que essa ronda de negociações seja produtiva e seja feita de boa fé.”* 

# Urge redireccionar para Portugal os avultados fundos que a Europa nos pode conceder

**U**rge redireccionar os avultados fundos que a Europa nos pode conceder para investimentos que representem um estímulo real e eficaz ao crescimento da economia e ao desenvolvimento do país.

A deputada Graça Carvalho, que tem defendido publicamente ao longo do último ano a “urgência” de accionar a reprogramação do QREN, regozija-se com o acordo entre o Primeiro-Ministro Pedro Passos Coelho e o Presidente da Comissão Europeia Durão Barroso para renegociar o programa e fazer uma revisão intercalar. “A reprogramação deveria ser conduzida no sentido da flexibilização e simplificação das regras de participação e do redireccionamento das prioridades para factores potenciadores do crescimento económico, como por exemplo, a inovação e as PME’s”.

A deputada europeia, que é membro da Comissão dos Orçamentos, diz que “num momento em que o país se vê confrontado com medidas severas de austeridade, que visam restabelecer a saúde das contas públicas e a credibilidade da economia nacional, o QREN pode constituir um instrumento chave de dinamização do crescimento do país”. Acrescenta também que “a


própria Troika, no seu Memorando, sugere que tiremos o máximo proveito dos fundos estruturais. Está nas nossas mãos utilizar este recurso”.

A ex-ministra de Ciência, Inovação e Ensino Superior, que foi responsável pela renegociação intercalar nas áreas da Ciência, Inovação e Ensino Superior do Programa Quadro Comunitário de Apoio III Portugal de 2000 a 2006 de onde resultou o Programa Ciência 2010; alerta agora para o facto de serem necessárias alterações para actualizar o programa, “já que foi desenhado antes da crise económica e social que se abateu sobre o país, contém regras de participação e conteúdos temáticos que se encontram desajustados”. Por isso, algumas prioridades então definidas, tais como as grandes obras públicas, “que hoje já todos entendemos serem excessivas e inadequadas à situação actual, devem ser alteradas. Além disso, muitas políticas europeias, como por exemplo a estratégia para a energia e as políticas de combate às alterações climáticas, foram desenvolvidas depois de o programa ter sido elaborado”.

Para além disso Graça Carvalho considera que “devíamos promover a revisão dos conteúdos do programa apostando nas áreas que

mais contribuem para o desenvolvimento e o emprego, como sejam os cursos de especialização tecnológica, o ensino superior, a inovação, a eficiência energética, as alterações climáticas, a recuperação urbanística, a competitividade industrial, entre outras”. Segundo a deputada, o programa assume uma percentagem de co-financiamento nacional demasiado ambiciosa, superior mesmo ao exigido pela Comissão Europeia. Por isso, para atingir a redução do co-financiamento nacional, pode-se:

- 1) Pedir a redução de co-financiamento nacional para o mínimo exigido pela Comissão Europeia;
- 2) Negociar com a Comissão Europeia que parte do co-financiamento nacional seja realizado em espécie;
- 3) Negociar para que o co-financiamento nacional seja menor no próximo ano, sendo que este terá que ser compensado nos anos seguintes.

A concluir a deputada diz que “todas as virtualidades que nos permitam tornar o QREN num verdadeiro motor de desenvolvimento e crescimento devam ser exploradas à exaustão”. 

## Eurodeputada Patrão Neves apreensiva pela previsível redução de verbas europeias para a agricultura


**A** Eurodeputada Patrão Neves reuniu, em audiência privada, a seu pedido, com o Comissário de Agricultura, Dacian Cioloș, em Estrasburgo para discutir os três documentos actualmente em debate no Parlamento Europeu: o “Programa POSEI”, o “Pacote do Leite” e a “reforma PAC pós 2013”.

Numa longa reunião que “não trouxe boas notícias para a agricultura açoriana”, Patrão Neves considerou particularmente grave “a afirmação do Comissário de que o orçamento do POSEI sofrerá uma redução proporcional à do orçamento da PAC e que este sofrerá redução”. Patrão Neves acrescentou que, em resposta à sua insistência na importância vital do “Programa POSEI” para a sustentabilidade

de da agricultura nos Açores, o Comissário sublinhou “a necessidade de tornar a utilização de fundos mais eficaz, não só porque os fundos tendem a reduzir e se espera que todos os beneficiários que os rentabilizem, mas também por uma questão de credibilidade dos mesmos”.

Com efeito, a Eurodeputada já recentemente tinha chamando à atenção para os números da execução financeira do programa no passado, com uma perda total de 23 milhões de euros em três anos, e alerta agora para a urgência de “não desperdiçar quaisquer ajudas que nos sejam disponibilizadas, rentabilizar maximamente todos os fundos que nos são concedidos

com investimentos produtivos, a partir de um cálculo do seu impacto real a médio e longo prazo, e continuar a fazer pressão junto da Comissão no sentido de moldar o programa, agora em revisão, às nossas necessidades”.

Eurodeputada chamou ainda a atenção para um “non paper” da Comissão que se refere a “sunset clauses”, isto é, a uma progressiva redução de fundos para o desenvolvimento regional às regiões que já há muitos anos venham sendo financiadas sem alcançarem a média do PIB europeu. “Este é o actual padrão de procedimento da Comissão Europeia: os critérios de financiamento não se esgotam no nível de necessidade mas exigem rentabilidade e eficácia” concluiu Patrão Neves. 

# Eurodeputada Patrão Neves promoveu a visita de representantes da solidariedade social da Região ao Parlamento Europeu



**N**a sequência da declaração de “2011 - Ano Europeu das Actividades Voluntárias que Promovam a Cidadania”, a Eurodeputada Patrão Neves promoveu uma visita ao Parlamento Europeu de um grupo de açorianos fortemente ligados ao trabalho voluntário e de solidariedade social das nove ilhas, incluindo no grupo representantes das Santas Casas da Misericórdia de todas as ilhas, da Cruz Vermelha, Caritas São Miguel e Terceira, Casa dos Gaiatos, Rotários e Lions.

Patrão Neves afirmou que “*Um dos propósitos desta visita foi o de tomarem conhecimento dos principais objectivos do “Ano Europeu das Actividades Voluntárias que Promovam a Cidadania” e de alguns dos muitos projectos de expressão europeia que estão a ser promovidos, nomeadamente a apresentação de uma comunicação sobre o Voluntariado da Comissão Europeia, a proposta de políticas neste âmbito para 2012 e a preparação de uma Carta Europeia dos Direitos dos Voluntários, a ser apresentada ainda no segundo semestre de 2011.*” Como segundo propósito, Patrão Neves aponta no sentido de que “*pretendi que não só tomassem conhecimento das actividades e projectos em curso em Portugal no âmbito do “Ano Europeu das Actividades Voluntárias*


*que Promovam a Cidadania”, mas também o de encetarem projectos de intervenção para a promoção do voluntário nos Açores.*”

Desta forma, foram incluídos no plano de trabalho desta visita uma palestra, seguida de debate, por Ekaterini Karanika, responsável da Comissão Europeia pelo Ano Europeia do Voluntariado e por Elza Chambel, Presidente do Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado. Cada uma destas responsáveis apresentou o que tem sido feito nos respectivos contextos e também as acções que estão em curso, tendo-se disponibilizado informação sobre ambos (realizações e projectos) e também indicado vias para que cada um dos presentes possam optar pelas melhores formas para incentivar o voluntariado na respectiva ilha em que estão situados.

Desta forma, Patrão Neves afirma que “*com a presença e intervenção dos principais responsáveis, no plano europeu e nacional, pelo voluntariado, e reunindo representantes das nove ilhas dos Açores, acredito ter construído condições favoráveis para o desenvolvimento do movimento voluntário nos Açores.*”

Esta iniciativa junta-se ao “Roteiro pelo Volun-

*tariado”, promovido pela Eurodeputada Patrão Neves, que engloba visitas a diferentes instituições dedicadas a diversas vertentes de solidariedade social, percorrendo todas as nove ilhas dos Açores, com o objectivo de dar visibilidade e valorizar o trabalho de voluntariado, mobilizar os cidadãos para se tornarem voluntários, identificar os principais problemas com que se depara a prática do voluntariado nos Açores, incentivar a que a problemática do voluntariado seja pensada nos Açores, como acontece em toda a EU no âmbito deste Ano Europeu que se lhe dedica, contribuir para a construção de uma sociedade mais solidária.*

Patrão Neves já visitou instituições nas ilhas de S. Miguel, Terceira e Faial e finalizou referindo que “*o meu objectivo com o Roteiro nas ilhas sobre o Voluntariado e com a organização deste grupo de voluntários ao Parlamento Europeu é o de chamar a atenção para a importância social do serviço voluntário e de promover a sua implementação nos Açores. Nos Açores não temos números sobre os voluntários, mas a percepção geral, partilhada pela Elza Chambel, é a de que será baixo. Paralelamente, até ao presente não tem havido iniciativas gerais de promoção do voluntariado nos Açores.*” 

# Lançado Novo Dicionário de Termos Europeus



**O** Presidente do PSD, Dr. Pedro Passos Coelho, presidiu ao lançamento do Novo Dicionário de Termos Europeus que teve lugar no Centro Cultural de Belém no dia 9 de Maio, dia da Europa.

A obra coordenada, por Carlos Coelho, conta com a colaboração de mais de 60 especialistas, dos mais variados temas, mas que partilham entre si a relação com a Europa e União Europeia. O novo Dicionário actualiza e reúne mais de mil e cem entre termos, iniciais e siglas, com o objectivo de colmatar a lacuna de informação sobre as questões europeias junto dos cidadãos.

O primeiro Dicionário cuja edição foi um grande sucesso, tinha sido lançado em 2005 em cerimónia presidida pelo então Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio.



Os Deputados do PSD no Parlamento Europeu, co-autores desta obra de referência, o único dicionário de termos europeus em português, entregaram um exemplar ao Presidente da Comissão Europeia, Dr. Durão Barroso durante a sessão plenária de Estrasburgo.

Na nota prévia do Dicionário pode ler-se “Com a criação da cidadania europeia, os portugueses são hoje, também, cidadãos europeus, mas a verdade é que não há exercício da cidadania sem participação e não pode haver participação quando não há informação. Temos que reconhecer que a

informação é escassa, ainda assim, excessivamente técnica e dirigida a especialistas. Mas a ambição legítima de aproximar Portugal da média europeia não releva apenas do económico e do social, deve projectar-se também no político e na afirmação dessa cidadania europeia.” **E**



